

Panorama da produção bibliográfica sobre políticas indigenistas de saúde e ambientais no Brasil

Overview of bibliographic production on indigenous health and environmental policies in Brazil

Panorama general de la producción bibliográfica sobre políticas ambientales y salud indígenas en Brasil

Recebido: 06/10/2021 | Revisado: 13/10/2021 | Aceito: 16/10/2021 | Publicado: 19/10/2021

Ana Cristina Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4240-7330>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: anacristinakpa@gmail.com

Ana Lucia Nunes Gutjahr

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7806-3069>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: melcam@uol.com.br

Carlos Elias de Souza Braga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4621-8932>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: bragaelias@yahoo.com.br

Resumo

Posterior à Constituição de 1988, as políticas sociais alcançaram evidência obtendo estrutura institucional e recursos. Contudo, essas práticas desenvolveram-se com inobservância aos fenômenos e a compreensão global dos diferentes contextos, nos quais os povos indígenas estão inseridos. A não compreensão holística gera falhas na oferta de práticas de cuidados e proteção aos Povos Indígenas. Deste modo, a presente dissertação tem por objetivo analisar o estado da arte das políticas indigenistas de saúde e ambientais no Brasil, considerando as produções bibliográficas e gerar um panorama da aplicação das referidas políticas. O estudo é exploratório e foi produzido de maneira qualitativa e quantitativa por meio de levantamento bibliográfico em artigos, relatórios e outros tipos de produção bibliográfica nos portais de informação do governo federal, entidades indigenistas, organismos internacionais, conselhos e na rede mundial de computadores (Internet) sobre as políticas brasileiras destinadas aos Povos Indígenas referentes à saúde e meio ambiente, desde o período colonial até o momento presente. Foi possível a identificação de 147 publicações de saúde e 196 voltadas ao meio ambiente, totalizando 343 documentos, distribuídas em 196 artigos, 82 referentes às políticas indigenistas de saúde e 114 em relação às políticas indigenistas ambientais, as demais publicações encontram-se classificadas nas plataformas como teses de doutorado, dossiê, dissertação de mestrado e trabalhos de conclusão de curso, por exemplo. Observam-se políticas indigenistas direcionadas para uma crescente atuação e mobilização indígena, ancorada no direito e defesa da terra, assim como de outras reivindicações importantes, a exemplo da melhoria do atendimento à saúde e à educação.

Palavras-chave: Políticas públicas; Povos indígenas; Integração.

Abstract

After the 1988 Constitution, social policies gained evidence by obtaining institutional structure and resources. However, these practices were developed in disregard of the phenomena and the global understanding of the different contexts in which indigenous peoples are inserted. The lack of holistic understanding leads to failures in the provision of care and protection practices to Indigenous Peoples. Thus, this dissertation aims to analyze the state of the art of indigenous health and environmental policies in Brazil, considering the bibliographic productions and generating an overview of the application of these policies. The study is exploratory and will be produced qualitatively and quantitatively through a bibliographic survey in articles, information portals of the federal government, indigenous entities, international organizations and advice on Brazilian policies aimed at Indigenous Peoples related to health and the environment, from the colonial period up to the present time. It was possible to identify 147 health publications and 196 related to the environment, totaling 343 documents, distributed in 196 articles, 82 referring to indigenous health policies and 114 regarding environmental indigenous policies, the other publications are classified in the platforms such as doctoral theses, dossiers, master's dissertations and course conclusion works, for example. Indigenous policies aimed at increasing indigenous action and mobilization can be seen, anchored at the right and defense of the land, as well as other important demands, such as the improvement of health care and education.

Keywords: Public politics; Indigenous people; Integration.

Resumen

Después de la Constitución de 1988, las políticas sociales se evidenciaron al obtener estructura y recursos institucionales. Sin embargo, estas prácticas se desarrollaron desconociendo los fenómenos y la comprensión global de los diferentes contextos en los que se insertan los pueblos indígenas. La falta de entendimiento holístico conduce a fallas en la provisión de prácticas de cuidado y protección a los Pueblos Indígenas. Así, esta tesis tiene como objetivo analizar el estado del arte de las políticas ambientales y de salud indígena en Brasil, considerando las producciones bibliográficas y generando un panorama de la aplicación de estas políticas. El estudio es exploratorio y fue elaborado de forma cualitativa y cuantitativa a través de un relevamiento bibliográfico en artículos, informes y otro tipo de producción bibliográfica en los portales de información del gobierno federal, entidades indigenistas, organismos internacionales, concejos y en la world wide web (Internet) sobre las políticas brasileñas dirigidas a los Pueblos Indígenas relacionadas con la salud y el medio ambiente, desde la época colonial hasta la actualidad. Se logró identificar 147 publicaciones de salud y 196 relacionadas con el medio ambiente, totalizando 343 documentos, distribuidos en 196 artículos, 82 referentes a políticas de salud indígenas y 114 sobre políticas ambientales indígenas, las demás publicaciones se clasifican en las plataformas como tesis doctorales, expedientes, tesis de maestría y trabajos de conclusión de cursos, por ejemplo. Se observan políticas indígenas orientadas a incrementar la acción y movilización indígena, ancladas en el derecho y la defensa de la tierra, así como otras demandas importantes, como el mejoramiento de la salud y la educación.

Palabras clave: Políticas públicas; Pueblos indígenas; Integración.

1. Introdução

A população indígena, segundo o censo demográfico do IBGE (2010), é de 896.917 pessoas, dos quais 517.383 residem em aldeias e 379.534 habitam as zonas urbanas brasileiras, sendo estas de 305 etnias diferentes e falando 274 línguas distintas. O termo etnia é utilizado para designar características específicas de um grupo, como os costumes e a língua, são consideradas as características não contidas na raça, compreendendo de modo geral que raça são as características hereditárias comuns a um grupo de pessoas (Nazareno, 2017).

Historicamente as populações indígenas têm construído saberes que influenciam nas suas mais diversas formas de existir. Tais saberes retratam suas relações com o cuidado em saúde, assim como a cooperação para o cuidado da biodiversidade. Isso se explica pelo fato de os Povos Indígenas compreenderem que para cuidar da saúde é também cuidar da natureza, visto que tudo está interligado (Luciano, 2006, p.173).

O atual entendimento é de que saúde é o perfeito bem estar físico, mental e social (OMS, 2004). Contudo, para o indígena, compreender saúde ultrapassa a dimensão física, mental e social, trata-se de uma visão cosmológica. Nesse sentido, as cosmologias indígenas retratam maneiras complexas que expressam suas concepções acerca da origem do Universo e de todas as coisas que existem no mundo, das relações ecológicas entre animais, plantas e outros elementos da natureza, da origem da agricultura até a metamorfose de seres humanos em animais, da razão de ser de certas relações sociais culturalmente importantes (Felippe, 2014).

Para os Povos Indígenas, a relação com a saúde e com a doença é cercada por lendas e rituais, possibilitando uma visão que abrange a sociedade como um todo. Saúde e meio ambiente estão interconectados no dia a dia das comunidades indígenas, e o cuidado com a saúde ou com a doença ocorre tendo em vista a visão de mundo dessas sociedades (Barreto, 2017).

As políticas de saúde indígena, em que pese asseguradas através da Constituição da República Federativa do Brasil no que diz respeito à assistência às especificidades socioculturais e étnicas, até o presente momento, enfrentam dificuldades quando de sua execução, e a diversidade cultural ainda não é adequadamente considerada no trato da saúde indígena, repleta de limitações (Wenczenovicz, 2018).

Nesta compreensão, esta pesquisa atualiza o debate sobre a questão e provoca novos diálogos com o intuito de colaborar para um entendimento mais aprofundado a respeito das políticas indigenistas de saúde e ambientais, além da relação entre saúde indígena e meio ambiente. Discute, também, as temáticas e etnias mais pesquisadas na área. Pretende-se, assim, contribuir nos debates sobre a importância da execução de políticas articuladas, ou seja, as políticas indigenistas de saúde e

ambientais, considerando o modo como às comunidades indígenas entendem e concebem o conceito de saúde e o significado que se transforma do cuidado com o corpo e com a natureza.

Desse modo, o problema de pesquisa parte de uma visão socioambiental crítica com respeito às lutas indígenas pela defesa dos seus direitos e pelo avanço das relações ecológicas que eles formam em seus territórios tradicionais. Particularmente, sobre espaços indispensáveis à sua reprodução cultural, simbólica e física, em virtude do desenvolvimento econômico como empreendimentos agropecuários, minerários, industriais, turísticos e imobiliários ou de construções públicas, como para proveito de recursos hídricos, geração e transporte de energia Rocha *et al.* (2017).

Nesse cenário, a reestruturação econômica, social e espacial dos territórios, a começar do estabelecimento imposto pelo modo hegemônico de desenvolvimento, incessantemente apresenta resultados negativos sobre o meio ambiente, qualidade de vida e saúde das comunidades indígenas, como, por exemplo, a insegurança alimentar e a desconstrução dos costumes tradicionais de autocuidado ou das relações nativas com a natureza (Amorim, 2016).

Os povos indígenas, por intermédio de suas associações locais e dos espaços de articulação políticas, têm defendido publicamente a demarcação das suas terras como, concomitantemente, uma demanda de respeito aos seus direitos culturais e sociais, também ocasionando em um mecanismo de fortalecimento social (Mizusaki, 2017). Há uma esperança de que ao conquistar reconhecimento público de sua territorialidade, as populações indígenas também possam garantir as condições necessárias para melhor qualidade de vida e para sua própria reprodução social.

O presente trabalho objetivou analisar o estado da arte das publicações referentes às políticas indigenistas de saúde e ambientais no Brasil, considerando as produções bibliográficas sobre tais políticas indigenistas.

2. Metodologia

Dados sobre as Políticas Indigenistas: Saúde e Ambientais

Trata-se de um estudo exploratório que possui uma abordagem qualiquantitativa conduzida mediante pesquisa bibliográfica. De acordo com Malhotra (2001) os bancos de dados bibliográficos compõem-se de citações de artigos em periódicos, revistas, jornais, publicações especializadas, estudos de pesquisa, relatórios técnicos, documentos governamentais e outros similares.

A análise mais minuciosa pode se estabelecer em estudo do tipo estado da arte. Este tipo de estudo é habitualmente utilizado âmbito da educação, ou na área da saúde, uma vez que esse método possibilita estabelecer relações com produções anteriores, através de análise bibliográfica, destacando tópicos específicos, métodos e subtemas que têm sido mais ou menos evidenciados, possibilitando a definição de parâmetros. Como a quantidade de publicações pode ser grande, é comumente, definir o período de pesquisa, bem como, delimitar uma determinada fonte de dados, como artigos, teses e dissertações, por exemplo, (Vosgerau & Romanowski 2014).

Foram realizadas buscas primárias nas seguintes bases de pesquisa: *Scielo*, *Google Scholar*, *Scopus*, *Web of Science*, Banco de Teses e Dissertações de cursos de Pós-Graduação e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), considerando dados a partir do ano de 1987 até o ano de 2020 e de povos indígenas brasileiros. Para melhor embasar as informações sobre as políticas na área indigenista, foram realizadas buscas em portais do governo, como o Ministério da Saúde (MS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), além de outras bases na Rede Mundial de Computadores (Internet) tais como relatórios de instituições indigenistas como o Instituto Socioambiental (ISA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Após estabelecer o processo de investigação proposto, foi elaborada uma base de dados no programa computacional Microsoft Excel 2019, comum aos dois principais temas pesquisados, sendo eles: as políticas indigenistas de saúde e ambientais, que objetivou construir uma síntese integradora, qualificada e descrita pelo resultado da análise, além de uma

reflexão acerca dos documentos investigados. De acordo com Lakatos & Marconi (2010), dados isolados são insignificantes sobre um determinado tema, e é imprescindível que o pesquisador seja capaz de descrever o significado e compreender relações amplas que estes dados possam agregar.

Os dados das produções bibliográficas foram tabulados em planilhas do programa Microsoft Excel 2019, considerando diferentes parâmetros, tais como: assunto abordado, ano de publicação, tipo de publicação, região do país, objeto das políticas levantadas, população étnica, tronco linguístico, entre outros. Portanto, os resultados foram analisados descritivamente por meio de tabelas e gráficos, para favorecer o cruzamento das informações obtidas. Além disso, foi realizada uma Análise de Componentes Principais (ACP), utilizando-se o programa PAST 3, para verificar quais os assuntos mais representativos por troncos linguísticos em relação às políticas indigenistas de saúde e ambientais no Brasil.

3. Resultados e Discussão

Durante o levantamento das publicações referentes às políticas indigenistas ambientais e de saúde, foram selecionadas 343 publicações ao total, sendo 147 relacionadas às políticas indigenistas de saúde (42,6%) e 196 as políticas indigenistas ambientais (57,4%). Após a Análise de Componentes Principais, verificou-se que para Políticas indigenistas ambientais, o percentual de variância explicada para os dois primeiros componentes foi de 94,59%, sendo os troncos e com maior significância o Tupi e o Macro-Jê e família linguística a Karib, os quais apresentaram escores positivos para a 1ª componente, e os assuntos menos explorados, ou seja, de menor relevância foram a Educação Ambiental e Educação Indígena (Tabela 1).

Tabela 1 - Valores da Análise de Componentes Principais, indicando os valores dos escores dos Troncos e Famílias Linguísticas, dos Assuntos correlacionados, autovalores e variância explicada, relacionados às Políticas indigenistas ambientais.

Tronco e famílias Linguísticas	Escores da 1ª componente	Assuntos	Correlação das variáveis da 1ª componente
Arawake	-3.30		
Aruak	-0.88	Ambientalismo	0.837
Botocudo	-3.61	Educação	0.631
Jê	-1.65	Educação Ambiental	0.000
Karajá	-2.80	Educação Indígena	0.187
Karib	0.34	Etnologia	0.875
Macro-Jê	3.52	Gestão	0.924
Mura	-3.48	Legislação indigenista	0.808
Pano	-2.99	Políticas indigenistas	0.983
Tupi	17.67	Políticas públicas	0.985
Yanomami	-2.82	Territorialidade	0.995
Componentes	Autovalores	Variância Explicada (%)	
1ª	38.88	91.82	
2ª	1.17	2.77	

Fonte: Autores.

Constata-se através dos artigos supracitados o reconhecimento dos direitos garantidos aos Povos indígenas, sobretudo quanto à valorização da cultura, acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos. Cabe à União garantir apoio

técnico e financeiro ao sistema educacional (Ferreira, 2019). No entanto, percebe-se que a Educação Ambiental e Educação indígena são as temáticas menos pesquisadas e analisadas.

É importante esclarecer a diferença entre educação escolar, educação escolar indígena e educação indígena. Sobretudo a educação é inerentemente uma prática social presente em diferentes momentos da vida social e espaços. Nessa conjuntura, a educação escolar, a qual é objeto de políticas públicas, assume função nos processos de formação, através de ciclos, níveis e modalidades educativas, efetivado por meio de instituições educativas, por exemplo, as escolas, Dourado *et al.* (2007). Educação escolar indígena é aquela proposta pela sociedade nacional e educação indígena é aquela já existente em cada comunidade, assim sendo, não é possível falar de educação indígena de modo geral, e sim de diversas educações dos povos indígenas, a educação construída pelos próprios indígenas, considerando suas peculiaridades culturais (Scandiuzzi, 2009).

Por isso, é necessário analisar como a Educação indígena vem sendo contextualizada e implementada, tudo o que vem sendo praticado até o momento limita-se apenas a educação escolar, a qual tem como referência o sistema formal existente na sociedade não indígena, fundamentado na alfabetização e na escola, Sobrinho *et al.* (2017). A integração da Educação Ambiental no contexto escolar é de extrema importância por tratar-se de um instrumento capaz de auxiliar as comunidades a conviverem melhor em seu meio (Dias & De Oliveira Dias, 2017).

No entanto, em relação às Políticas indigenistas de Saúde, constatou-se que o percentual de variância explicada para os dois primeiros componentes foi de 98,52%, sendo os troncos linguísticos com maior significância o Tupi e Macro-Jê e os assuntos menos abordados, ou seja, de menor importância foram Direitos Indígenas, Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e Acesso aos serviços da Rede (Tabela 2).

Tabela 2 - Valores da Análise de Componentes Principais, indicando os valores dos escores dos Troncos e famílias Linguísticas, dos Assuntos correlacionados, autovalores e variância explicada, relacionados às Políticas indigenistas de Saúde.

Tronco e famílias Linguísticas	Escore da 1ª componente	Assuntos	Correlação das variáveis da 1ª componente
		Acesso aos serviços da Rede	0.551
Aruak	-2.43	Assistência em Saúde	0.999
Karib	-6.19	Conflitos territoriais	0.887
Macro-Jê	9.03	Controle Social	0.873
Pano	-5.45	Direitos Indígenas	-0.154
Tupi	10.65	Educação	0.673
Yanomami	-5.61	Gestão da PNASPI	0.330
		Implementação da PNASPI	0.948
Componentes	Autovalores	Variância Explicada (%)	
1ª	60.08	90.57	
2ª	5.27	7.95	

Fonte: Autores.

No que se refere aos assuntos acerca dos Direitos indígenas, atualmente a lesão mais grave é justamente a demarcação de terras, os Povos indígenas são massacrados devido a essa contrariedade. Ao longo da Constituição, é garantida aos Povos indígenas a capacidade processual, ao trazer expresso que os Povos indígenas e suas organizações são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interesses (De Souza, 2021).

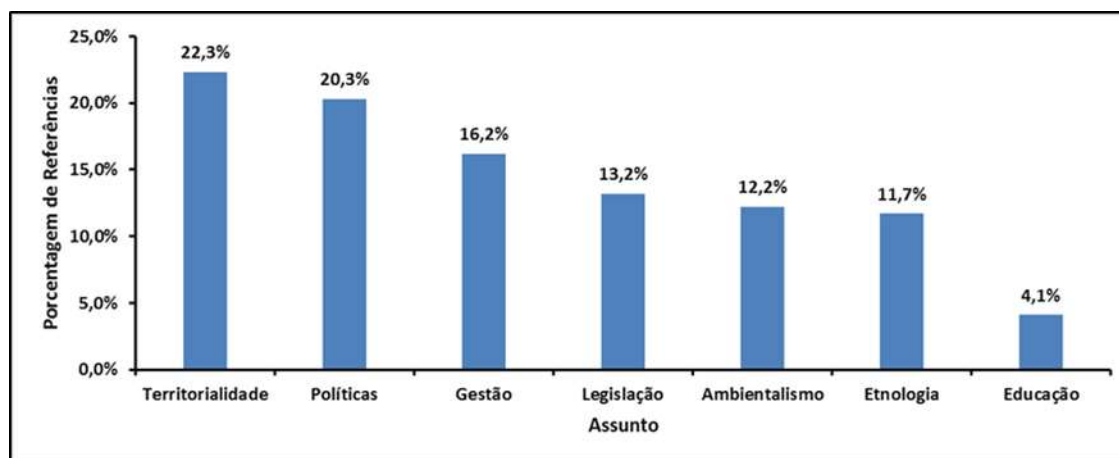
A Política de Saúde é uma das questões mais delicadas para os Povos indígenas e apresenta-se como a menos explorada no contexto de gestão da mesma. Durante anos, a Saúde indígena foi alvo de denúncias ligadas à corrupção e

deficiência na assistência (Wenczenovicz, 2018). A carência de pesquisas na área dificulta visualizar o acompanhamento e a análise da efetividade ou não da política implantada. Ao mesmo tempo, há que mencionar que um dos objetivos da PNASPI é a oferta de atenção primária em saúde, e para que a assistência seja de fato integral, faz-se necessário a garantia do acesso de qualidade aos serviços de média e alta complexidade, os quais compõem a rede de atenção em saúde, tema o qual é um dos menos abordados (Mendes, 2018).

3.1 Políticas indigenistas ambientais

Em relação aos periódicos referentes às Políticas indigenistas ambientais, a maior parte das publicações é referente à temática territorialidade que corresponde a 22,3% das publicações inventariadas, sendo subsequentes às publicações que abordam o tema políticas (20,3%). Observa-se que as publicações que contemplaram a temática educação apresentaram a menor porcentagem (4,1%) entre todas as inventariadas. Esse resultado é importante, pois parece evidenciar a grande carência de políticas que incentivem educação indígena o que pode implicar em melhor condição social e de cidadania desses brasileiros (Gráfico 1). Quanto ao assunto territorialidade, a maior parte dos trabalhos evidenciou os conflitos territoriais e a demarcação de terras indígenas, enquanto que as demais questões relativas às políticas destacam as voltadas para a proteção dos povos indígenas e o fomento ao protagonismo desses povos.

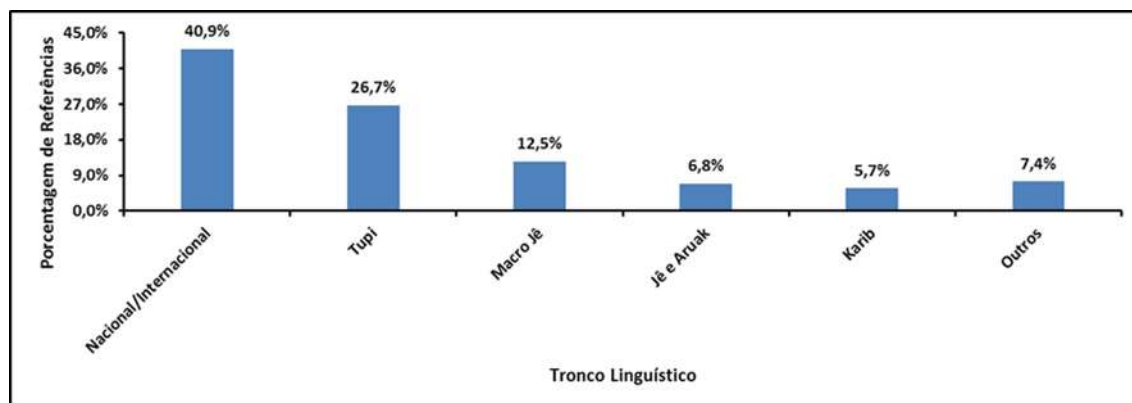
Gráfico 1 – Assuntos abordados nas publicações sobre políticas indigenistas ambientais, inventariadas no período de 1987 a 2020, no Brasil.



Fonte: Autores.

Cabe destacar que, dentre os periódicos publicados que abordaram como assunto a legislação (13,2%), ressalta-se que estas davam ênfase ao direito dos povos originários, direitos territoriais, ambientais e culturais. Povos originários são as populações que descendem dos primeiros habitantes de uma localidade. Pode-se também observar que o assunto ambientalismo representou 12,2 % das publicações, seguido da temática etnologia com 11,7%. No que se refere ao assunto ambientalismo, é importante ressaltar que o crescimento do movimento ambientalista influencia positivamente a vida dos povos indígenas e progressivamente as políticas públicas. Busca-se conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente. Neste contexto, os Povos indígenas adquirem maior visibilidade, pois através de uma relação mais harmoniosa eles instrumentalizam as suas práticas tradicionais integrando ao desenvolvimento sustentável, objetivando melhorar suas condições de vida (Brunet, 2018).

Gráfico 2 – Políticas indigenistas ambientais por tronco linguístico e família linguística, abordadas nas publicações no período de 1987 a 2020, Brasil.



Fonte: Autores.

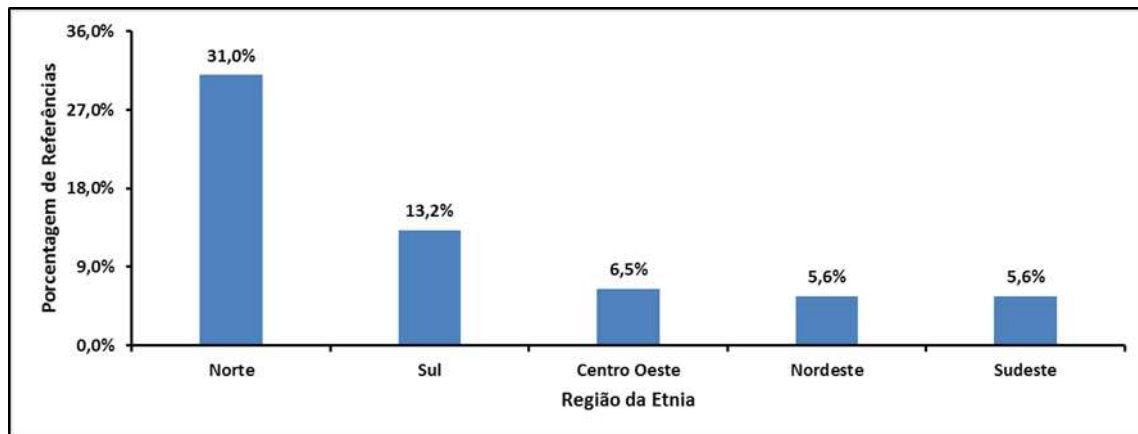
No que diz respeito ao tronco linguístico, observa-se que 40,9% dos trabalhos publicados não especificam a etnia do povo indígena, generalizando a diversidade étnica presente no Brasil, divulgando os assuntos abordados (Gráfico 2) em contexto nacional/internacional. Em seguida, identifica-se que os Povos Indígenas originários do tronco linguístico Tupi apresentam maior destaque, com 26,7%, subsequente aos povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-jê com 12,5%.

Os povos vinculados à família linguística Jê e Aruak representam 6,8% das publicações, posteriormente com 5,7% os povos indígenas pertencentes à família linguística Karib. Até então, as informações oficiais acerca das etnias, línguas faladas e troncos linguísticos no Brasil retratam divergências, indicando que o Brasil desconhece uma parte dos seus habitantes. Tal desconhecimento evidencia não somente em termos numéricos, mas também em teor histórico com 7,4% das publicações incluídas na categoria outros.

As temáticas sobre estes povos são pesquisadas em regiões distintas no território brasileiro. Os resultados obtidos neste estudo demonstram que a maior parte dos trabalhos publicados abordam as políticas indigenistas ambientais a nível nacional e internacional, ou seja, as publicações apresentadas como nacional, diz respeito aos trabalhos que não especificam a etnia e tampouco a região do país, isto é, abordam a temática generalizando os Povos indígenas, e as apresentadas como internacional, são estudos que contemplam etnias que não habitam o território brasileiro.

Observa-se que 38,1% das produções inventariadas não especificam a etnia estudada. Essa informação é importante, pois sem mencionar a etnia, tais publicações não contribuem para o melhor entendimento sobre quais povos podem estar sendo objeto de estudo, e representa pouca informação efetiva sobre esses povos, além de não poder informar quais povos indígenas estão sendo atendidos efetivamente por tais políticas. Nota-se que, entre as produções bibliográficas que discriminaram a etnia, a região Norte está mais bem representada, pois detém a maioria das publicações (31,0%), enquanto que a região Centro Oeste apresentou publicações (6,5%) com esta abordagem, e com menor destaque as regiões Nordeste e Sudeste (5,6%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Publicações sobre políticas indigenistas ambientais por regiões do Brasil, durante o período de 1987 a 2020.

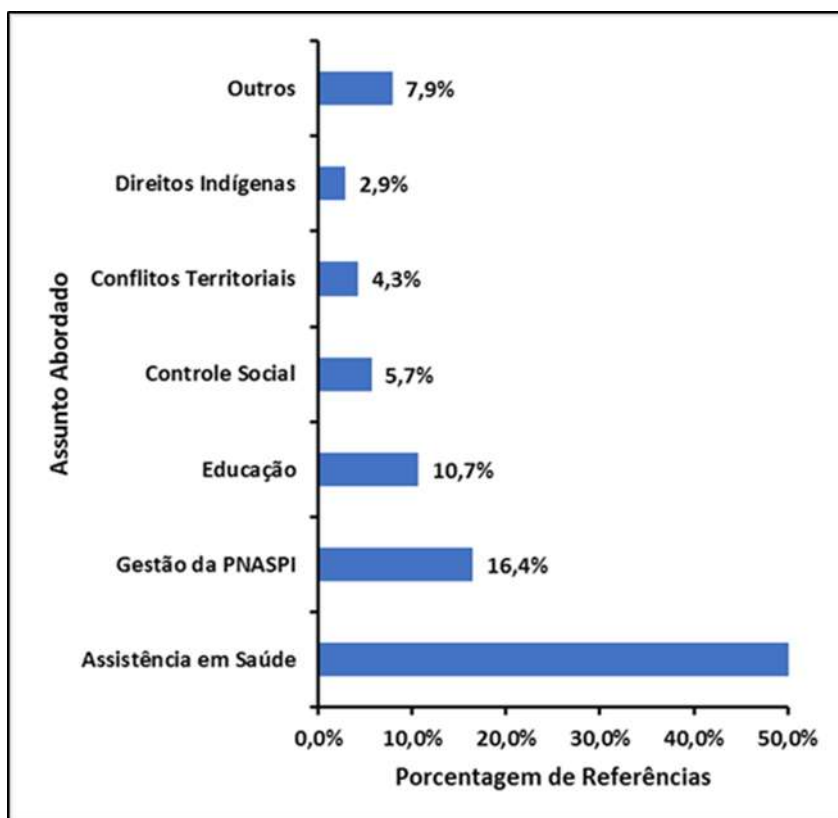


Fonte: Autores.

Os povos indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte reúne o maior número de pessoas e etnias distintas, seguida da região Nordeste (IBGE, 2010), o que justifica a maioria das publicações sobre políticas indigenistas ambientais terem sido elaboradas nesta região (31,0%) (Gráfico 3). No entanto, observa-se que a região Nordeste e Sudeste com 5,6% são as menos evidenciadas no que diz respeito às publicações relacionadas às políticas indigenistas ambientais.

Quanto aos assuntos abordados nas publicações referentes às políticas indigenistas, destacam-se as seguintes abordagens: direitos indígenas, conflitos territoriais, controle social, educação, gestão da PNASPI, assistência em saúde. Entre tais assuntos observa-se que 50% das produções bibliográficas abordaram à assistência em saúde, seguida pela temática Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASPI) que representa 16,4% das temáticas tratadas nas publicações (Gráfico 4). Esse resultado é importante para apontar que as pesquisas realizadas e divulgadas, referentes às políticas indigenistas no Brasil, (as quais somadas correspondem a 66,4% do total de temáticas inventariadas) tratam da saúde dos Povos indígenas o que parece sugerir a existência de certa preocupação política quanto à saúde desses povos.

Gráfico 4 – Assuntos abordados nas publicações sobre políticas indigenistas de saúde no Brasil no período de 2000 a 2020.



Fonte: Autores.

Quanto às demais temáticas abordadas nas produções bibliográficas, deve-se destacar que a menos tratada nessas obras se refere às políticas dos direitos dos indígenas, as quais representaram apenas 2,9% das publicações (Gráfico 4). Com relação a esse resultado, pode-se perceber que existe no Brasil um número pequeno de pesquisas dedicadas à análise das políticas referentes aos direitos dos índios, o que demonstra um gargalo para que os índios brasileiros possam exercer sua cidadania, visto que seus direitos são aparentemente limitados, pelo menos no que se refere às publicações que se encontram disponibilizadas e que constituem os dados deste estudo. O nível de intervenções oficiais, em geral é menor do que as ações efetivadas por entidades privadas (Ramos, 2011).

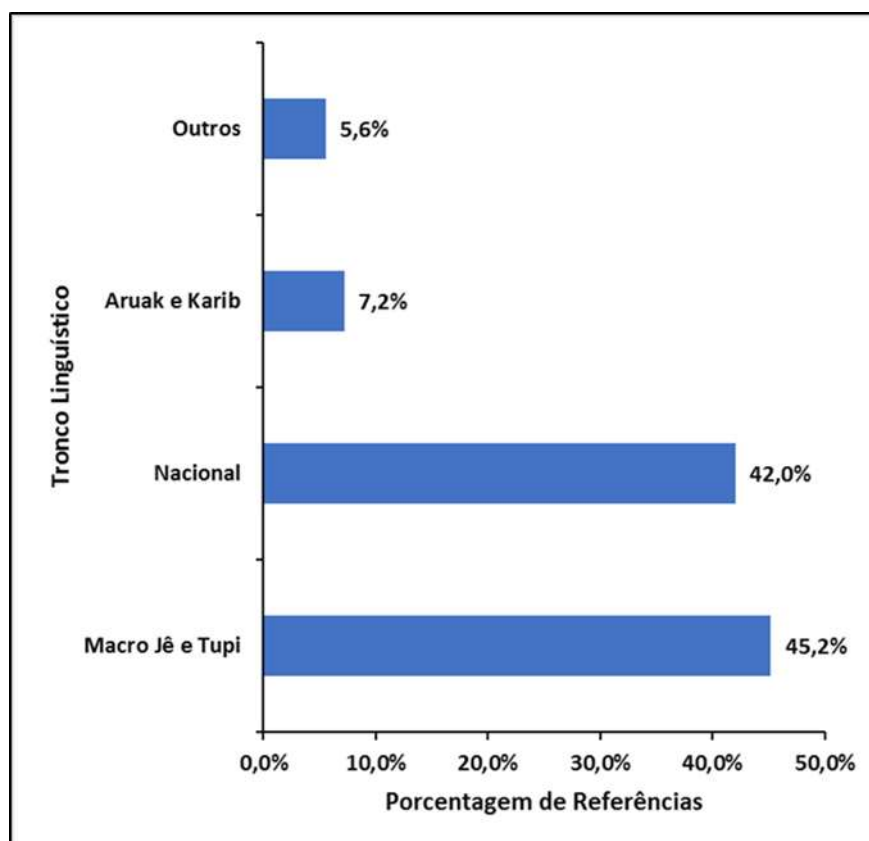
Outra temática importante e que ainda é objeto de poucas publicações é referente à educação (10,7% das publicações) (Gráfico 4). Embora o número de publicações sobre essa temática seja ainda pequeno, pode-se destacar o esforço das poucas Instituições de Ensino Superior que oferecem os cursos de formação de professores indígenas, que gradua índios principalmente nas licenciaturas para atuarem de forma direta na educação de seus povos, com o diferencial de manter seus costumes e linguagens no aprendizado dessas populações de brasileiros (Veiga & Salanova, 2001).

3.2 Políticas indigenistas de Saúde

Considerando as políticas indigenistas de saúde por tronco linguístico, observa-se que a maior porcentagem de referências trata dos povos que pertencem ao tronco linguístico Macro Jê e Tupi, representando 45,2% das produções bibliográficas analisadas. O Tronco Tupi possui grande importância pelo fato de ser um dos maiores agrupamentos linguísticos da América do Sul (Duarte, 2016). Os povos indígenas pertencentes às famílias Aruak e Karib, representam 7,2% das referências analisadas, seguido da categoria outros com 5,6% (Gráfico 5).

É importante salientar que, a segunda maior porcentagem de publicações, ou seja, 42,0% não esclarecem a etnia do povo tratado, e tampouco o tronco linguístico, considerando todos os indígenas a nível Nacional, desconsiderando a diversidade étnica brasileira. No contexto dos países da América do Sul, o Brasil é o país onde se concentra a maior diversidade linguística e cultural, principalmente entre a população indígena (Mori, 2017).

Gráfico 5 – Políticas indigenistas de saúde por tronco linguístico.

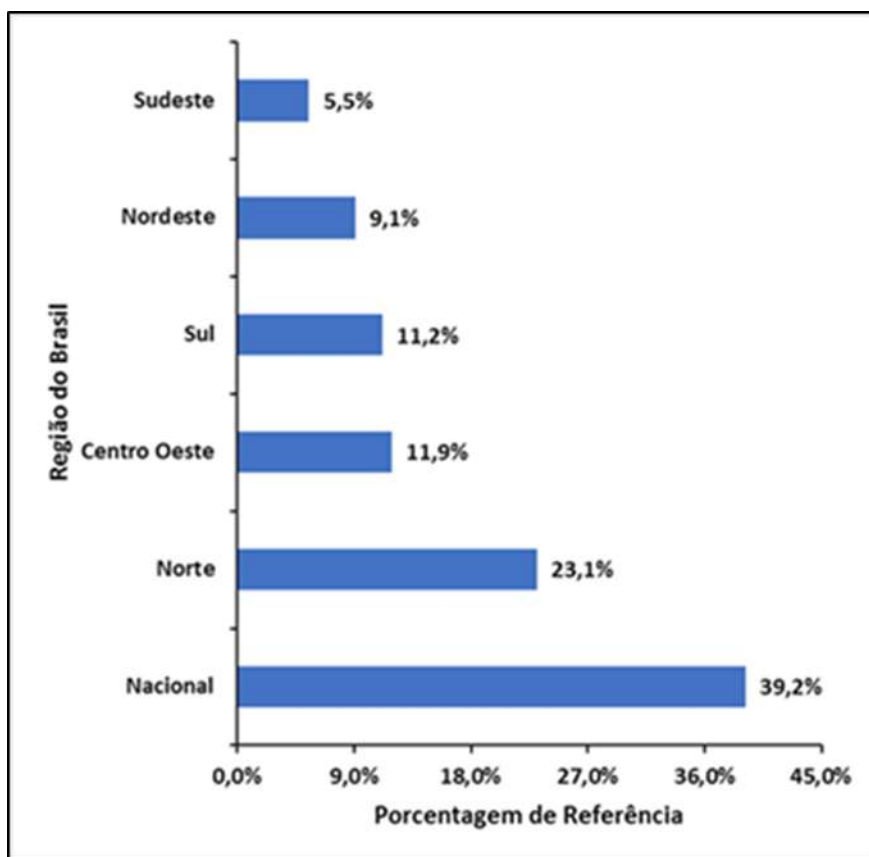


Fonte: Autores.

Chama a atenção em especial que, a maior porcentagem de referências concernentes às políticas indigenistas de saúde refere-se aos povos indígenas a nível Nacional, com 39,2%, não levando em consideração a região específica do povo e a etnia (Gráfico 6). Observa-se que 23,1% pertencem às pesquisas realizadas com os povos indígenas da região Norte, seguida da região Centro Oeste com 11,9%. Neste estudo, é possível observar que a menor porcentagem de referências pertence à região Sudeste (5,5%) (Gráfico 6).

Já a região Sul representa 11,2% e o Nordeste 9,1%. A maior parte da população indígena do país vive na chamada Amazônia Legal, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e a parte oeste do Maranhão, o que pode justificar a maior quantidade de produções bibliográficas referentes à região Norte. Deve-se ressaltar que as Terras Indígenas localizadas nessa região são maiores do que aquelas existentes em outras regiões do país (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Distribuição das publicações sobre políticas indigenistas de saúde por região no Brasil.



Fonte: Autores.

4. Considerações Finais

É comum ao imaginário dos brasileiros uma ideia equivocada de um índio genérico, composto por um único grupo de pessoas denominadas “índios”, que possui uma mesma cultura, compartilhando dos mesmos costumes e da mesma língua.

Estudar políticas indigenistas no Brasil é uma tarefa complexa, para não dizer difícil. Primeiro porque o estudo dos povos indígenas exige por sua natureza um olhar antropológico que não se restringe ao olhar do “específico” e do “diferenciado”, mas sim o desnude das convicções pessoais e da unilateralidade das interpretações, comum a qualquer tipo de pesquisa. Segundo porque estudar a saúde e o meio ambiente no bojo das políticas indigenistas requer, ao mesmo tempo, a apreensão da questão indígena em sua totalidade e em sua particularidade, bem como as políticas que caracterizam o cerne da problemática desta pesquisa, ou seja, o Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto política pública e universal, e as políticas indigenistas ambientais.

Verificou-se neste estudo, a desarticulação das políticas indigenistas de saúde e ambientais, inviabilizando a execução efetiva de ambas. Chama a atenção em especial que, a maior porcentagem de referências às quais tratam das políticas indigenistas de saúde, refere-se aos povos indígenas a nível Nacional de modo genérico, não levando em consideração a região específica do povo e tampouco etnia. No que se referem às políticas indigenistas ambientais, os resultados obtidos não são diferentes, os mesmos demonstram que a maior parte dos trabalhos publicados aborda as temáticas indígenas generalizando os Povos.

A desarticulação das políticas e ações do estado, relativa aos povos indígenas, caracteriza questões centrais da atualidade. Nota-se que a efetividade e o alcance dessas políticas não têm respeitado os critérios de equidade e

compartilhamento de interesses, dessa forma, compete aos povos indígenas o desafio de obter maiores espaços de participação nos comitês e conselhos responsáveis pela discussão das suas necessidades e reivindicações.

A análise das políticas indigenistas de saúde e ambientais, construídas e implementadas nos últimos anos no Brasil, surge de uma reflexão de que é provocador pensar numa gestão pública das necessidades das comunidades indígenas, quando é sabido da localização estratégica que as terras indígenas e suas riquezas naturais possuem para os mais diferentes segmentos da economia e indústria do País.

As terras indígenas possuem uma diversidade de recursos naturais e atividades ecológicas, melhor dizendo, espaços esses responsáveis pelos benefícios ambientais para a comunidade e para vida como um todo. E é essa realidade que tem feito os espaços de liberdade e de vida das populações indígenas se tornarem alvo de diversas pressões, o que torna as demandas indígenas necessárias de uma reorientação jurídico-política, almejando uma nova compreensão da sua relevância ecológica, social e política.

De outra forma, existe a dificuldade, por parte dos gestores públicos, de entenderem que a construção e implementação de políticas públicas indigenistas, especialmente as de caráter ambiental é trabalho que precisa ser executado em diálogo constante e de modo transversal com demais políticas e com a população à qual visam atender.

É possível afirmar que já existem, ações do Estado visando oportunizar aos povos indígenas espaços de discussões e elucidação dos seus interesses por maneiras mais efetivas de gestão de seus territórios e recursos naturais. Porém, o que se percebe são espaços ainda tímidos, onde as resoluções, nem sempre, consideram a equidade e concordância de interesses nas tomadas de decisão.

Há uma tendência, de fato, em se reconhecer a necessidade de ampliar as pesquisas e estudos acerca das políticas públicas indigenistas, assim como, as políticas propriamente ditas, já criadas com a implementação da PNASPI e PNGATI, por exemplo, o que pode ser considerado um marco importante para o apoio aos povos indígenas brasileiros. Observa-se que metade das produções bibliográficas abordou à assistência em saúde, seguida pela temática Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASPI) dentre as temáticas tratadas nas publicações.

O governo projetou o tratamento articulado do campo ambiental com as decisões macrossociais e macroeconômicas, ou seja, as políticas indigenistas necessitam ter seu campo de força e atuação condizendo com um Estado que tenha a competência de administrar conflitos sociais, políticos, econômicos, educacionais, de saúde e ambientais, que proporcione espaço para o protagonismo das populações indígenas, através da democracia participativa e de políticas operacionalizadas de modo articulado. Compreendendo os vetores imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento, tal como o crescimento de tomada de decisão autônoma das populações indígenas, capaz de recuperar a noção de Estado de Direito que protege as minorias e os mais vulneráveis.

Referências

- Amorim, F. (2016). Povos indígenas isolados no Brasil e a política indigenista desenvolvida para efetivação de seus direitos: avanços, caminhos e ameaças. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 8(2), 19-39.
- Barreto, J. P. L. (2018). Bahserikowi-Centro de Medicina Indígena da Amazônia: concepções e práticas de saúde. *Amazônica-Revista de Antropologia*, 9(2), 594-612.
- Brunet, M. B. (2018). Saberes tradicionais indígenas e sustentabilidade: Diálogos na construção do (Etno) desenvolvimento sustentável. *Saberes tradicionais indígenas e sustentabilidade: diálogos na construção do (etno) desenvolvimento sustentável*, 1-388.
- da Costa Oliveira, A. (2008). Luciano, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233 (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1). *Espaço Ameríndio*, 2(2), 186.
- de Andrade Marconi, M., & Lakatos, E. M. (2017). Metodologia do trabalho científico.
- de Souza Santos, A. (2021). Povos indígenas e acesso à justiça: análise do processo judicial da terra indígena limão verde, mato grosso do sul.
- Dias, A. A. S., & de Oliveira Dias, M. A. (2017). Educação ambiental. *Revista de direitos difusos*, 68(2), 161-178.

- Dourado, L. F., de Oliveira, J. F., & de Almeida Santos, C. (2007). A qualidade da educação conceitos e definições. *Textos para discussão*, (24), 69-69.
- Duarte, F. B. (2016). Diversidade linguística no Brasil: a situação das línguas ameríndias. *Caletrosópio*, 4, 27-62.
- Felippe, G. G. (2014). *A Cosmologia Construída de Fora*. Paco Editorial.
- Ferreira, P. D. S. (2019). *Política Nacional de Educação Ambiental: a realidade das escolas municipais do Parque e da Floresta, em Santarém (PA), Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade Federal do Oeste do Pará).
- Malhotra, N. K. (2001). *Pesquisa de Marketing-: uma orientação aplicada*. Bookman Editora.
- Mendes, A. M., Leite, M. S., Langdon, E. J., & Grisotti, M. (2018). O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 42, e184.
- Mizusaki, M. (2017). Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena/Indigenous movements, Geography and Marxism in the Brazilian agrarian issue: when “news” characters get on the scene/Movimientos Indígenas, geografías y marxismo en la cuestión agraria brasileña: cuando “nuevos” personajes entran en la escena. *Revista Nera*, (39), 39-59.
- Mori, A. C. A diversidade linguística e cultural latino-americana, os direitos linguísticos dos povos originários e o papel social do linguista. *Identidade e Diversidade Cultural na América Latina*, 81.
- Nazareno, E., & Araújo, O. C. G. (2017). Reflexões em torno do tema contextual “etnicidade e diversidade cultural”.
- OMS (2004). CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade. *Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde*, 238.
- Ramos, A. R. (2011). Os direitos humanos dos povos indígenas no Brasil. *Desafios aos direitos humanos no Brasil contemporâneo*. Brasília: CAPES/Verbená, 65-87.
- Rocha, D. F. D., Porto, M. F. D. S., & Pacheco, T. (2019). A luta dos povos indígenas por saúde em contextos de conflitos ambientais no Brasil (1999-2014). *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 383-392.
- Scanduzzi, P. P. (2009). *Educação indígena x educação escolar indígena: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática*. UNESP.
- Sobrinho, R. S. M., de Souza, A. S. D., & Betiol, C. A. (2017). A educação escolar indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB. *Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, 11(19), 58-75.
- Veiga, J., & Salanova, A. (2001). *Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola*. Núcleo de Cultura e Educação Indígena, ALB.
- Vosgerau, D. S. A. R., & Romanowski, J. P. (2014). Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista diálogo educacional*, 14(41), 165-189.
- Wenczenovicz, T. J. (2018). Saúde Indígena: reflexões contemporâneas.